

Vogais suplentes:

Chefe da Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal do Cadaval, Luís Filipe Parreira da Silva Neves.
Arquitecta assessora principal Márcia Maria Monteiro de Carvalho.

Referência B:

Presidente — Engenheira técnica de 2.ª classe Catarina Joanaz Branco, que será substituída, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Encarregado José Rodrigues Conceição Correia.
Asfaltador principal Florêncio Pedro Carvalho Marques.

Vogais suplentes:

Mecânico principal António Augusto Conceição Oliveira.
Montador electricista José Luis da Silva Alves Mil-Homens.

Referência C:

Presidente — Engenheira técnica de 2.ª classe Catarina Joanaz Branco, que será substituída, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Encarregado António dos Santos Belchior.
Serralheiro civil principal Francisco António Gomes Simão.

Vogais suplentes:

Canalizador principal Guido José Soares Batista. Mecânico de condutores principal António dos Santos Costa.

Referência D:

Presidente — Fiscal municipal principal Luís Manuel Ribeiro de Carvalho, que será substituído, nas suas faltas e ou impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Encarregado Fausto Filipe Ferreira.
Pedreiro principal Jorge Manuel de Oliveira Gomes.

Vogais suplentes:

Pedreiro principal António Augusto Ferreira Domingos.
Marceneiro principal José Agostinho Gomes da Silva Soares.

25 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Alberto Camilo Duarte*.
3000216953

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Aviso DRH n.º 74/2006

De acordo com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 9 de Agosto de 2006, foi reclassificado profissionalmente, ao abrigo dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e com fundamento na alínea *e*) do artigo 2.º deste diploma, a funcionária abaixo identificada:

Nome	Categoria actual	Índice	Categoria futura	Índice
Susana Raquel Jorge Lourenço Ferreira	Auxiliar de serviços gerais	128	Auxiliar administrativa	128

Mais se torna público que a nomeação será em comissão de serviço extraordinária, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

11 de Agosto de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*.
3000217042

Aviso DRH n.º 77/2006

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 24 de Julho de 2006, foi contratado em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Hugo Filipe dos Santos Barra, com a categoria de sapor florestal, a ser remunerado pelo escalão 1, índice 142, com início a 16 de Agosto de 2006, pelo prazo de seis meses.

17 de Agosto de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*.
3000217043

Aviso DRH n.º 78/2006

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 17 de Agosto de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado ao abrigo do Código do Trabalho, com Ana Sofia dos Santos Costa e Silva, com a categoria de técnica profissional de animação cultural de 2.ª classe, com início em 6 de Setembro de 2006, pelo prazo de 12 meses.

31 de Agosto de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*.
3000217045

Aviso DRH n.º 79/2006

De acordo com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 29 de Agosto de 2006, foi nomeada para ocupar um lugar de engenheiro técnico agrário de 2.ª classe a funcionária Ana Maria Salgado Carvalho, na sequência de concurso externo de ingresso.

Mais se torna público que a classificação final do estágio foi de 17 valores, tendo a mesma sido por mim homologada em 17 de Agosto de 2006.

31 de Agosto de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*.
3000217048

Aviso DRH n.º 80/2006

Para os devidos efeitos torno público que, por meu despacho de 29 de Julho de 2006, e por despacho da presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, foi autorizada a transferência do técnico superior da área geográfica e planeamento do território de 2.ª classe Rui Mário Abreu Teixeira, da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos para o quadro de pessoal desta Câmara Municipal, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 175/98, de 2 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

4 de Setembro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*.
3000217050

Aviso DRH n.º 81/2006

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Agosto de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado ao abrigo do Código do Trabalho, com Marta

Sofia Narciso Silvestre, técnica superior da área de comunicação social de 2.ª classe, com início em 1 de Setembro de 2006, pelo prazo de mais um ano.

6 de Setembro de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Pedro Caldeira Santos*. 3000217052

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Aviso

Celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi celebrado entre este município e Sandra Bento Alves contrato de trabalho a termo resolutivo certo, nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para o exercício de funções de professora de Inglês, por 10 meses, com início em 18 de Setembro de 2006.

3 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Pires Lopes*. 1000306391

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Editais

Discussão pública

Albertino Teixeira da Mota e Silva, presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o disposto nos artigos 27.º e 28.º do Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação e com o disposto no artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e por meu despacho de 4 de Setembro do corrente ano, que, a partir do 8.º dia após a publicação em *Diário da República* e pelo prazo de 15 dias, se encontra sujeita a discussão pública a alteração ao projecto do loteamento do Pólo Industrial de Carvalho, alvará de loteamento n.º 5/99, sito na Zona Industrial de Carvalho, freguesia de Carvalho, concelho de Celorico de Basto.

Dentro do prazo referido podem os interessados consultar o processo no Departamento de Gestão Urbanística, Ambiente e Recursos Naturais, podendo dirigir à Câmara Municipal as reclamações, sugestões ou indicações a que haja lugar, referindo expressamente «Alteração do projecto de loteamento do Pólo Industrial de Carvalho, alvará de loteamento n.º 5/99, Zona Industrial Carvalho.»

Para constar e devidos efeitos legais se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo.

5 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira da Mota e Silva*. 3000215718

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Aviso

Reclassificação profissional

Em cumprimento do disposto no artigo 6.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torna-se público que, por meu despacho de 31 de Julho de 2006, no uso da competência que me confere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, procedi à reclassificação profissional, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º e do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, de Maria de Fátima Almeida Carneiro Monteiro, auxiliar de serviços gerais, para a carreira de telefonista, do grupo de pessoal auxiliar, escalão I, índice 142.

A presente reclassificação foi precedida do exercício efectivo das funções correspondentes à nova carreira, em comissão de serviço extraordinária, por um período de seis meses, nos termos do disposto na alínea *b*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e nos artigos 6.º, n.ºs 1 e 2, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei

n.º 497/99, de 19 de Novembro, e deverá produzir efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

A funcionária deverá proceder à aceitação do lugar no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Nomeação isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*. 1000306447

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da vereadora Maria Teresa Viana Machado, no âmbito do meu despacho de delegação de competências, n.º 17/2006/2, de 17 de Agosto, foi autorizado o pedido de licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 177/99, 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, ao funcionário desta Câmara Municipal Luís Loureiro Barata, a partir de 1 de Setembro do corrente ano. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Duarte Silva*. 3000216948

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 179/DGP/2006

Abertura de concursos internos de acesso geral

Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, no uso da competência que me foi subdelegada por despacho do vereador dos recursos humanos de 7 de Novembro de 2005, nos termos dos artigos 68.º, 69.º e 70.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes concursos internos de acesso geral para provimento de:

- Referência n.º 1 — um lugar para arquitecto assessor principal;
- Referência n.º 2 — um lugar para técnico superior de sociologia assessor;
- Referência n.º 3 — um lugar para arquitecto paisagista assessor;
- Referência n.º 4 — um lugar para técnico superior de serviço social principal;
- Referência n.º 5 — um lugar para engenheiro civil principal;
- Referência n.º 6 — um lugar para engenheiro do ambiente de 1.ª classe;
- Referência n.º 7 — um lugar para técnico superior de história de 1.ª classe;
- Referência n.º 8 — um lugar para técnico superior de gestão de 1.ª classe;
- Referência n.º 9 — um lugar para especialista de informática de grau 2, nível 1;
- Referência n.º 10 — dois lugares para desenhador especialista principal;
- Referência n.º 11 — um lugar para desenhador especialista;
- Referência n.º 12 — um lugar para fiscal municipal especialista;
- Referência n.º 13 — um lugar para técnico profissional de biblioteca e documentação especialista;
- Referência n.º 14 — um lugar de encarregado geral.

1 — Validade — os concursos são válidos para as vagas postas a concurso.

2 — Local de trabalho — o local de trabalho é no concelho de Loures.

3 — Remunerações — a estipulada no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, cujos índices foram reformulados pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março.

4 — Requisitos de admissão:

Referência n.º 1 — previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho (arquitectos assessores com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*);